

Policy Brief 2020

O DESENVOLVIMENTO DA DEMOCRACIA EM ANGOLA: A PERCEÇÃO DOS ESPECIALISTAS

Autores:

*Edalina Rodrigues Sanches, Sofia Serra-Silva,
Carlos Pacatolo e David Boio*



ÍNDICE

2-3

Introdução

4-5

2. Resultados por dimensão
e área de democracia

6

3. A construção da
democracia em Angola:
forças e fraquezas

7

4. Cidadãos e
especialistas em
perspectiva comparada

9

Conclusão

10

Anexo metodológico

11

Bibliografia

INTRODUÇÃO

Em 1991, com a assinatura dos Acordos de Bicesse, Angola fez a sua primeira tentativa de transição da guerra e do monopartidarismo para a paz e a democracia. As medidas de pacificação e de abertura do regime então definidas sob os auspícios das Nações Unidas¹ permitiram a realização das primeiras eleições multipartidárias de sempre no país em 1992, num ambiente de grande risco e incerteza. Nestas eleições, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido que governava o país desde a independência, venceu com uma ampla maioria, enquanto a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), principal força política rival na guerra civil que durava desde 1975, saiu derrotada e contestou violentamente os resultados. O processo de paz e de democratização foi subsequentemente interrompido pelo regresso ao conflito armado (Messiant, 2004; Almeida, 2017).

Seria apenas em 2002, com a morte em combate do então líder da UNITA Jonas Savimbi que se abria caminho para a assinatura do Memorando de Luena e para a construção da paz e da democracia no país (Shubert, 2013). Desde então foram realizadas três eleições gerais no país – em 2008, 2012 e 2017 – todas ganhas pelo MPLA por maioria qualificada. No entanto, a oposição partidária e vários quadrantes da sociedade civil têm denunciado inúmeras irregularidades associadas a estes atos eleitorais². Para além disso, as práticas autoritárias e cleptocráticas perseveraram e minam o processo democrático (Shubert, 2013; Soares de Oliveira, 2015). Persiste o desrespeito por direitos políticos essenciais, a forte desigualdade social, a excessiva centralização da vida política na figura do presidente, os elevados níveis de corrupção associados a altas figuras do partido/Estado, e em particular à família de José Eduardo dos Santos, presidente de Angola entre 1979 e 2017 (Pearce et al., 2018; Pitcher e Sanches, 2019; Soares de Oliveira 2015). Neste contexto, importa salientar que desde que João Lourenço assumiu a presidência do país em 2017 registaram-se alguns progressos no que concerne a luta contra corrupção, o diálogo com a oposição e a sociedade civil e a proteção de direitos humanos³. Estaremos assim perante uma nova fase de desenvolvimento da democracia em Angola?

O presente *policy brief* procura contribuir para o debate crescente sobre o processo de democratização em Angola. Em concreto, apresentamos os resultados do Índice da Qualidade da Democracia (IQD) que foi recentemente implementado em Angola (ver anexo metodológico). O IQD é um projeto do Observatório da Qualidade da Democracia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (www.oqd.ics.ulisboa.pt), que tem como objetivo monitorizar a saúde da democracia nos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com base nas avaliações feitas por especialistas nacionais dos países considerados (ver inquérito e metodologia do estudo em Sanches et al., 2018).

Estamos conscientes que existem diferenças acentuadas entre os Estados-membros

1 Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola II.

2 A Sociedade civil acompanha contagem de votos paralela das eleições em Angola, DW: <https://www.dw.com/pt-002/sociedade-civil-acompanha-contagem-de-votos-paralela-das-eleicoes-em-angola/a-16222873> (consultado a 27-04-2020)

3 Relatório da Freedom House: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2020/leaderless-struggle-democracy> (acesso 27-04-2020); Angola Decriminalizes Same-Sex Conduct: <https://www.hrw.org/news/2019/01/23/angola-decriminalizes-same-sex-conduct> (consultado a 17-06-2020).

da CPLP, e que Angola ainda é considerado um regime autoritário em vários índices de democracia⁴. Contudo, do ponto de vista da opinião pública angolana os dados do Inquérito do *Afrobarometer*⁵ revelam que 71% dos angolanos rejeitam o regime de partido único, 69% rejeitam a possibilidade do exército tomar o poder e governar o país e 45% consideram que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Por outro lado, mais de 2/3 dos angolanos consideram que a democracia no país tem vários problemas (i.e. está incompleta) e apenas 21% estão satisfeitos com o seu funcionamento (gráfico 1; Boio e Pacatolo, 2020).

4 O regime é classificado como “não livre” pela *Freedom House* e “autoritário” pelo *Democracy Index* do EIU.

5 O *Afrobarometer* é uma rede de pesquisa pan-africana e não-partidária que realiza pesquisas de opinião pública sobre democracia, governança, condições económicas e temas relacionados em África.

O IQD permite identificar as forças e fraquezas do processo democrático angolano à luz das perceções de um conjunto considerável de especialistas. Neste sentido é um contributo para o debate sobre democracia em língua portuguesa e poderá ser complementado com abordagens qualitativas e comparativas. O primeiro IQD foi aplicado em Portugal (Lobo et al., 2018) e o segundo em Cabo Verde (Sanches et al., 2019). O IQD-Angola segue uma metodologia similar e contou com a colaboração de investigadores da OVILONGWA – Estudos de Opinião Pública em todas as etapas inerentes à sua implementação.

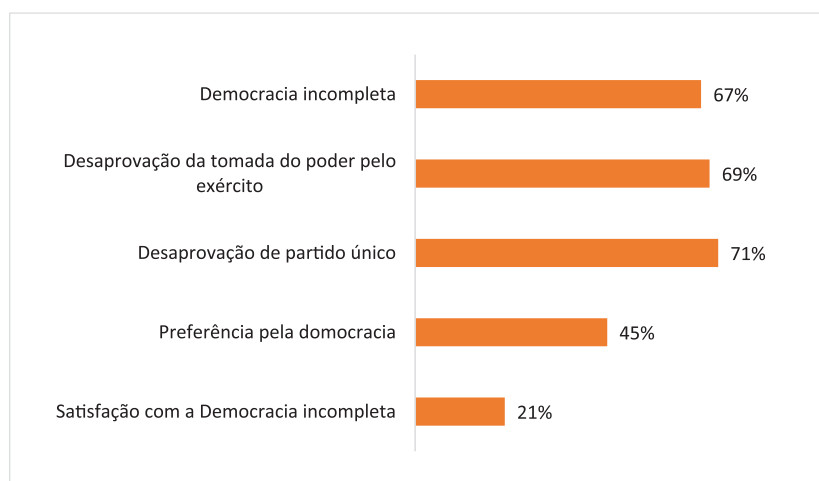


Gráfico 1 – Perceções dos cidadãos sobre democracia

Fonte: *Afrobarometer* Angola 2019

O questionário do IQD contempla cinco grandes dimensões de democracia, por sua vez subdivididas em áreas e questões específicas, a saber:

- 1) Direitos dos Cidadãos e Estado de Direito (20 questões)
- 2) Representação Política (12 questões)
- 3) Governabilidade e Responsabilidade Política (11 questões)
- 4) Sociedade Civil e Participação (9 questões)
- 5) Dimensão Internacional da Democracia (7 questões)

No total, as dimensões agregam um conjunto de 59 questões que medem as características ideais de uma democracia. Os 101 especialistas angolanos que aceitaram participar neste exercício, das áreas da ciência política, história, jornalismo e altos técnicos da administração pública, avaliaram cada uma

das questões utilizando uma escala de 0 a 10, sendo que zero indica que Angola está muito longe de cumprir uma determinada característica de democracia e dez significa que Angola cumpre plenamente essa característica.

Neste *policy brief* apresentamos os principais resultados obtidos no inquérito, de acordo com a seguinte estrutura. Começamos pelos resultados globais das avaliações dos especialistas, considerando cada uma das cinco dimensões enunciadas acima e depois, desagregamos a análise para observar as avaliações por área de democracia. Apresentamos de seguida os dez indicadores com pior e melhor avaliação por parte dos especialistas e uma breve comparação entre as perceções dos especialistas e dos cidadãos. Terminamos com uma síntese dos principais resultados do estudo.

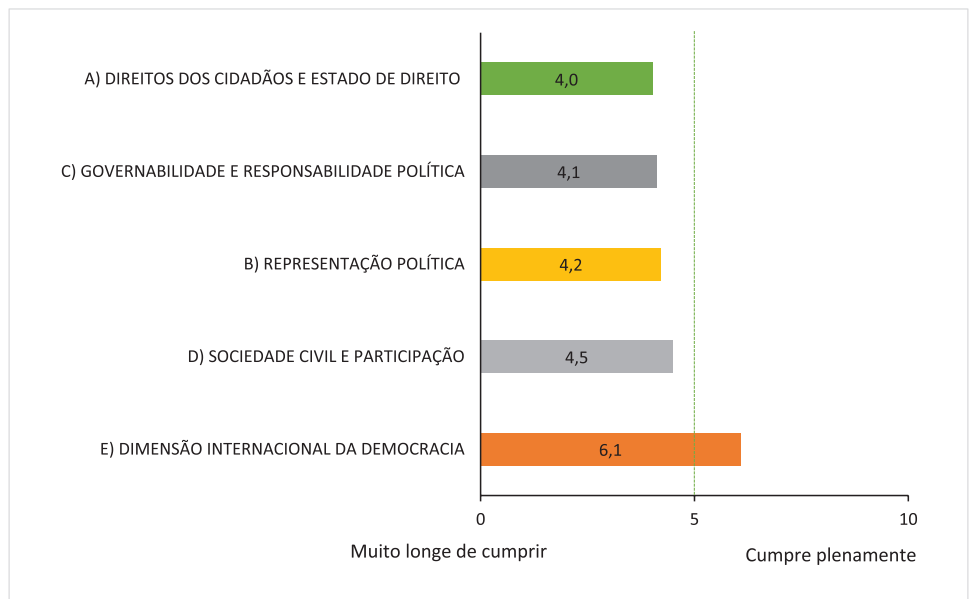
2. RESULTADOS POR DIMENSÃO E ÁREA DE DEMOCRACIA

Em 2019 os especialistas inquiridos atribuíram uma pontuação média de 4,4 ao sistema político angolano; este é um valor que se situa abaixo do ponto médio da escala (5), e que tem em conta as cinco dimensões ideais de democracia aqui consideradas (gráfico 2). Em parâmetros semelhantes, os especialistas cabo-verdianos atribuíram a pontuação média de 6,6 à democracia cabo-verdiana (Sanches et al., 2019). Esta avaliação global sugere que Angola ainda se encontra relativamente longe de cumprir várias características ideais de democracia.

Se olharmos para os dados apresentados no gráfico 2, verificamos que todas as dimensões são avaliadas negativamente com exceção da Dimensão Internacional da Democracia (6,1 pontos). Vale a pena acrescentar ainda que três dimensões têm pontuações inferiores a 4,5; são elas: Direitos dos cidadãos e Estado de Direito, Governabilidade e Responsabilidade Política, e Representação Política. Apenas Sociedade Civil e Participação (4,5) parece estar mais próxima do ponto médio da escala (5) e partir do qual entramos em terreno democrático.

Gráfico 2 – Resultados globais por dimensão de democracia

Fonte: IQD-Angola 2019



Desagregando mais os dados conseguimos identificar as áreas com melhor e pior avaliação dentro de cada dimensão (gráfico 3). Na dimensão Direitos dos Cidadãos e Estado de Direito, temos avaliações especialmente negativas do Estado de Direito (3,3) e dos Direitos Económicos e Sociais (3,1), enquanto os Direitos Cívicos obtêm uma classificação ligeiramente mais positiva (5,1). Na dimensão que segue – Representação Política – tanto o Papel Democrático dos Partidos Políticos como a existência de Eleições Livres e Justas recolhem avaliações negativas por parte dos especialistas (inferiores a 4,5). No que concerne à Governabilidade e Responsabilidade

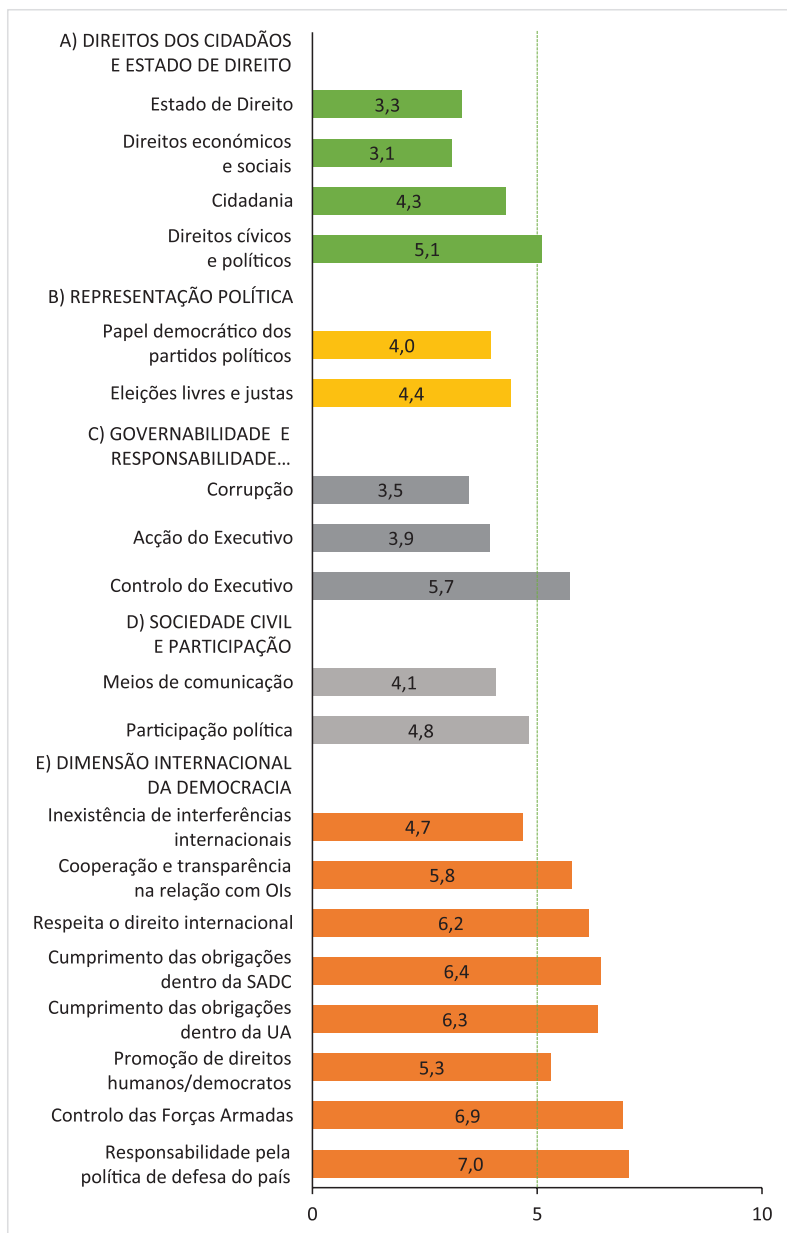
Política, Angola ainda está longe de atingir o ideal tanto no que diz respeito aos níveis de Corrupção (3,5) como da Ação do Executivo (3,9) no sentido de resolver os vários problemas do país. Em contrapartida, o desempenho parece ser ligeiramente melhor em matéria de responsabilização ou Controlo do Executivo (5,7). Na dimensão Sociedade Civil e Participação, nenhuma das áreas é avaliada positivamente, tanto o grau de independência, liberdade e pluralismo dos Meios de Comunicação Social, como os níveis de Participação de cidadãos e grupos da sociedade civil são relativamente baixos – avaliados respetivamente com 4,1 e 4,8.

Para concluir olhamos agora para a Dimensão Internacional de Democracia que reúne as avaliações mais positivas. Merecem particular destaque a liderança civil na definição da política de defesa do país (7), a subordinação das forças militares à autoridade civil (6,9), o papel do estado na União Africana (6,3) e na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – SADC (6,4) e ainda o respeito pelo direito internacional (6,2). Surpreendentemente, os especialistas avaliam de forma ligeiramente positiva o papel do Estado na promoção dos direitos humanos e da democracia além-fronteiras (5,3) e na relação com organizações internacionais (5,8). A única área avaliada negativamente (4,7) tem a ver com a independência do país face a interferências internacionais sejam elas políticas ou económicas.

O executivo de João Lourenço tem sido caracterizado por esforços para credibilizar a imagem do país no plano internacional por forma a atrair investimento económico⁶. Isto tem sido visível quer do ponto de vista da luta contra a corrupção quer do ponto de vista da demonstração, discursiva e simbólica, de um compromisso com valores democráticos. Exemplo disso foi a condecoração em 2019 do ativista Rafael Marques, um dos mais conhecidos críticos da governação de José Eduardo dos Santos, pelo seu empenho na luta contra a corrupção. Além disso, a estratégia diplomática do presidente angolano pode ajudar a explicar porque é que a dimensão internacional é avaliada mais positivamente. O IQD-Angola demonstra também, que no plano interno existem áreas críticas que precisam de ser melhoradas, nomeadamente no que diz respeito ao Estado de Direito, Direitos Económicos e Sociais, Corrupção e Ação do Executivo.

Gráfico 3 – Resultados por áreas democráticas

Fonte: IQD-Angola 2019



⁶ Presidente angolano dá volta ao mundo em 730 dias, Correio da Manhã: <https://www.cmjornal.pt/mundo/africa/detalhe/presidente-angolano-da-volta-ao-mundo-em-730-dias>

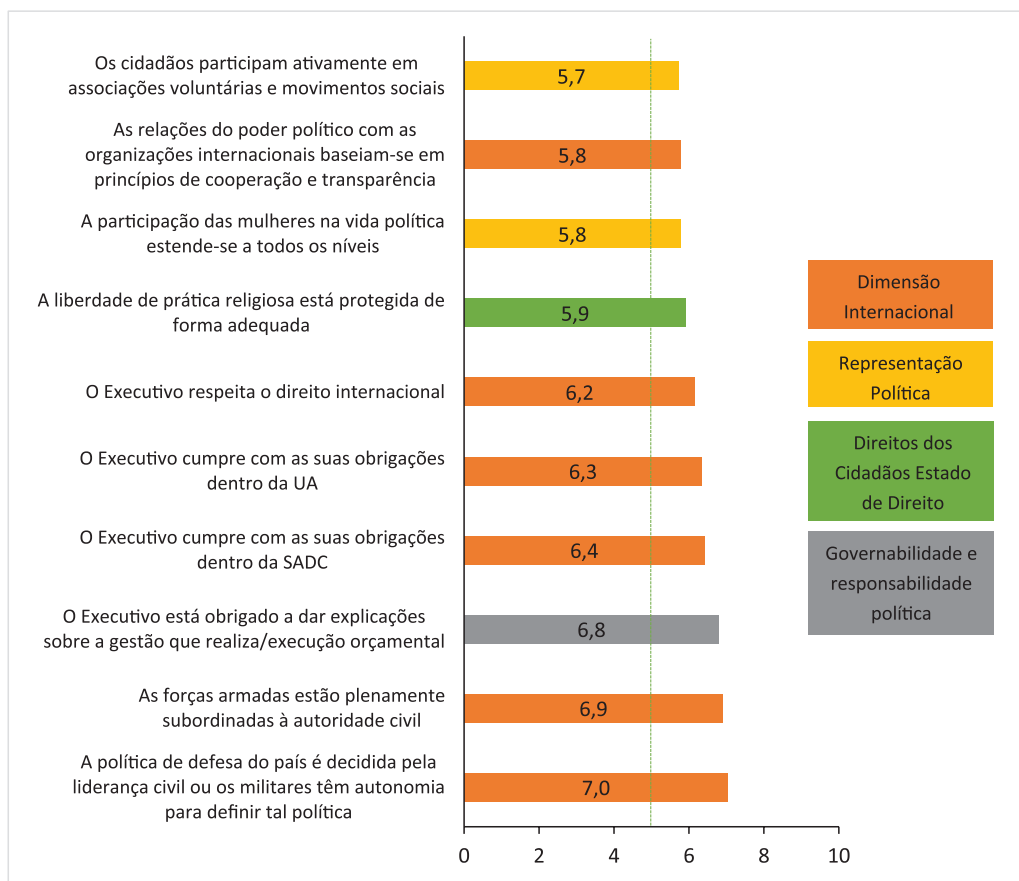
3. A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA EM ANGOLA: FORÇAS E FRAQUEZAS

Nesta secção distinguimos os 10 indicadores que foram melhor e pior avaliados pelos especialistas. Na linha da análise anterior, os pontos mais fortes do processo democrático angolano concentram-se na Dimensão Internacional de Democracia que coloca seis de dez indicadores nesta classificação (gráfico 4). A forma como a política de defesa do país é

gerida, a subordinação das forças armadas à autoridade civil, o respeito pelo direito internacional e o cumprimento das obrigações do país nas instituições regionais obtêm avaliações superiores 6. Merecem ainda avaliações positivas indicadores de responsabilização do executivo em matéria orçamental e a liberdade de prática religiosa.

Gráfico 4 – Forças do processo democrático Angolano

Fonte: IQD-Angola 2019

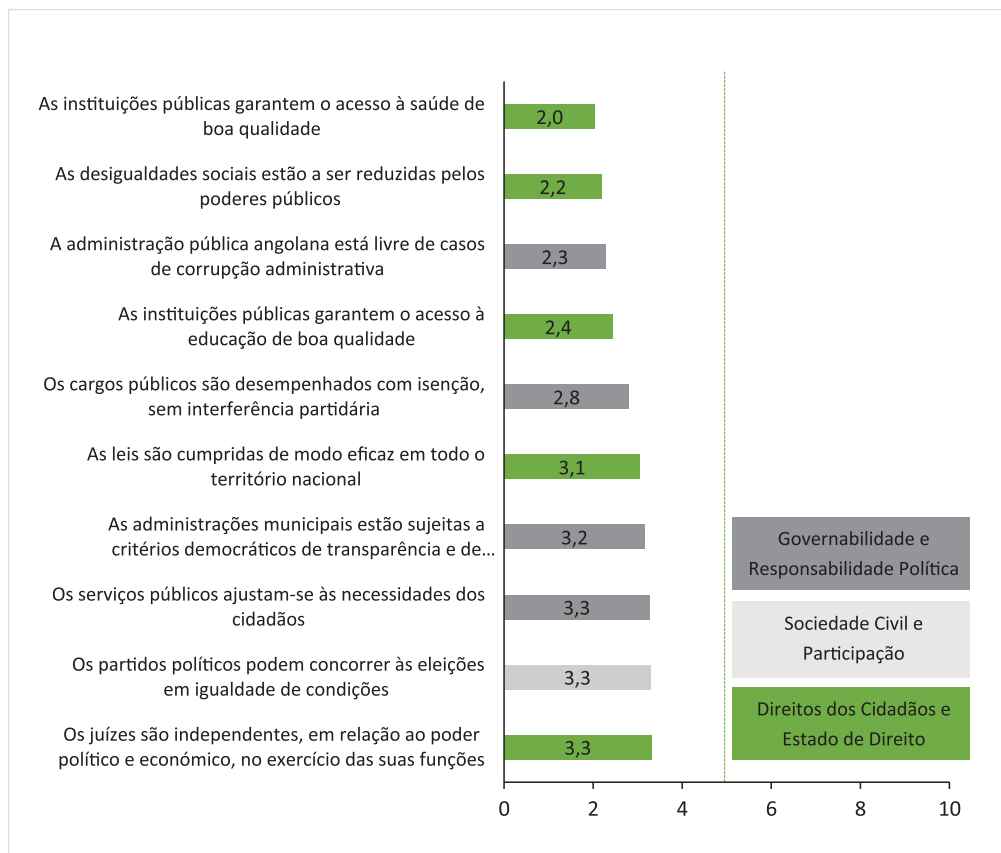


Entre as fraquezas do processo democrático angolano (gráfico 5) estão indicadores relacionados com os Direitos dos Cidadãos e Estado de Direito (independência dos juízes, cumprimento das leis, acesso à educação e saúde de boa qualidade, redução das desigualdades sociais), Governabilidade e Responsabilidade Política (ideia de que os serviços públicos se ajustam às necessidades dos cidadãos, de que há transparência nas administrações municipais, que a administração

pública está livre de corrupção e que os cargos públicos não sofrem interferência partidária) e finalmente Sociedade Civil e Participação (a ideia de que os partidos políticos em Angola podem concorrer às eleições em igualdade de condições). É de salientar que a dimensão de Direitos dos cidadãos e Estado de Direito reúne um maior número de indicadores avaliados negativamente: cinco dos dez indicadores pior avaliados pertencem a esta dimensão.

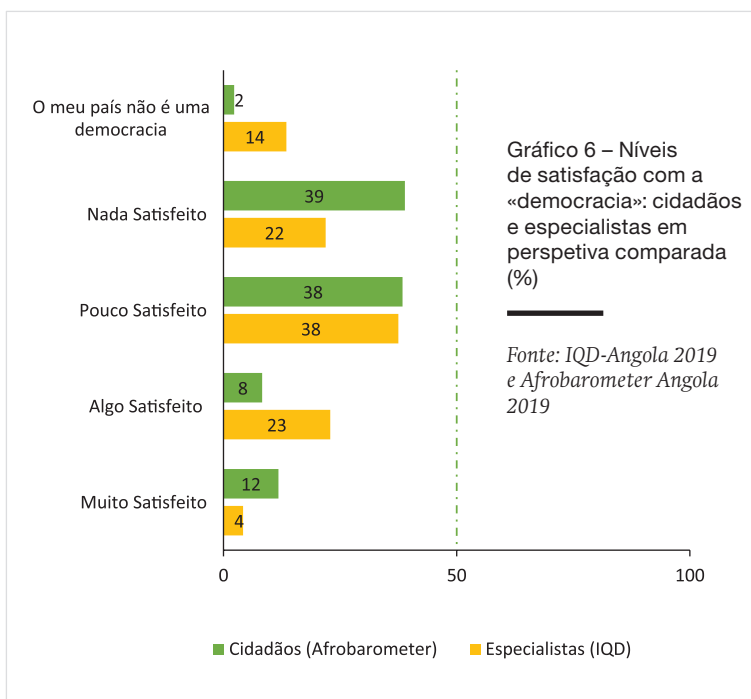
Gráfico 5 – Fraquezas do processo democrático Angolano

Fonte: IQD-Angola 2019



4. CIDADÃOS E ESPECIALISTAS EM PERSPECTIVA COMPARADA

Para finalizar, e de modo a fazer uma ponte com os inquéritos de opinião pública, efetuamos uma comparação entre cidadãos e especialistas, em relação aos níveis de satisfação com a democracia (gráfico 6). Para o efeito, contrastamos os dados do IQD-Angola com os dados do Inquérito do Afrobarometer, realizado pela primeira vez em Angola em 2019 (Pacatolo e Boio 2020a; 2020b).



Os dados apresentados no gráfico 6 permitem identificar pontos de convergência e de divergência entre as avaliações dos cidadãos e dos especialistas. Por um lado, fica evidente que a maioria dos cidadãos angolanos (77,3%) e dos especialistas (59,4%) está pouco ou nada satisfeita com a democracia. Por outro lado, os especialistas parecem estar mais divididos do que os cidadãos: 13,5% dos especialistas consideram que Angola “não é uma democracia”, enquanto apenas 2,3% dos cidadãos angolanos partilham dessa opinião; e cerca de ¼ dos especialistas dizem-se algo ou muito satisfeitos com o funcionamento da democracia, sendo a proporção ligeiramente inferior entre os cidadãos.

Não podemos comparar diretamente outro tipo de questões sobre democracia pois há diferenças na forma como foram

medidas nos dois estudos. No entanto, conseguimos perceber que algumas das dimensões pior avaliadas pelos especialistas – direitos dos cidadãos e corrupção – também preocupam bastante os cidadãos: por exemplo mais de 2/3 dos angolanos avaliam o desempenho do executivo em matéria de redução das desigualdades entre ricos e pobres e de garantia do acesso à saúde e educação de boa qualidade como “mau/muito mau”. E no que diz respeito à corrupção, 54% dos angolanos consideram “mau/muito mau” o desempenho do executivo no combate a corrupção, e que uma boa parte dos detentores de cargos públicos estão envolvidos em actos de corrupção, sendo a polícia vista como a instituição pública mais corrupta (gráfico 7). Ainda assim, 44% dos angolanos afirmam que o nível de corrupção diminuiu no último ano (gráfico 8).

Gráfico 7 – Corrupção no Sector Público (% que respondeu “alguns”, “a maioria” ou “todos” os detentores de cargos públicos estão envolvidos em atos de corrupção)

Questão: Quantas, das seguintes pessoas, você acha que estão envolvidas em casos de corrupção, ou você ainda não ouviu falar o suficiente para ter uma opinião... ? Opções de resposta: Nenhum, Alguns, A maioria, Todos.

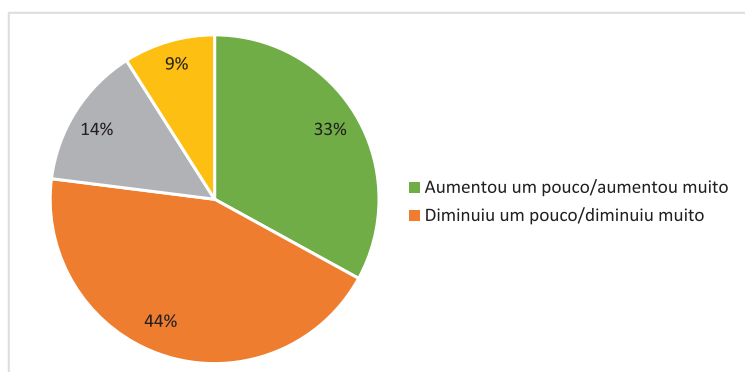
Fonte: Afrobarometer Angola 2019



Gráfico 8 - Evolução do nível de corrupção entre 2018 e 2019

Questão: Na sua opinião, em relação ao ano passado, o nível de corrupção no país aumentou, diminuiu ou permaneceu o mesmo?

Fonte: Afrobarometer Angola 2019



CONCLUSÃO

De um modo geral os dados do IQD demonstram que Angola ainda não está em terreno democrático apesar dos tímidos ganhos alcançados com a Presidência de João Lourenço, em matéria de combate à corrupção, proteção dos direitos das minorias sexuais e do diálogo com a oposição e a sociedade civil.

Quatro das cinco dimensões ideais de democracia contempladas neste estudo obtêm avaliações negativas, isto é, registam pontuações inferiores a 5 que constitui o ponto médio da escala do IQD. A única exceção a este quadro negativo é a Dimensão Internacional de Democracia, que é avaliada positivamente na maioria dos indicadores considerados. Em sentido inverso, cinco dos dez indicadores piores avaliados pelos especialistas pertencem à dimensão Direitos dos Cidadãos e Estado de Direito. O contraste entre a experiência de democracia no plano doméstico e a sua projeção no plano internacional é aliás um dado fundamental deste inquérito e que merece reflexão.

Assim, no plano doméstico verificamos que várias características estão longe do ideal democrático. Isto é visível quando olhamos para os aspetos procedimentais (e.g. eleições livres e justas, papel dos partidos políticos), substantivos (e.g. direitos e liberdades) e ainda os resultados da democracia (e.g. capacidade do executivo para dar resposta às necessidades básicas dos cidadãos). No plano internacional, as avaliações positivas dos especialistas têm sobretudo a ver com o papel do estado nas organizações africanas, e ainda com o seu compromisso com o direito internacional.

Quando comparamos as avaliações dos especialistas com a dos cidadãos, identificamos alguns pontos de convergência. Em primeiro lugar, tanto os especialistas como os cidadãos estão largamente insatisfeitos com o funcionamento da «democracia» no país. Em segundo lugar, algumas das áreas pior avaliadas pelos especialistas – Estado de Direito, e Direitos Económicos e Sociais – também preocupam os cidadãos: para estes últimos a maioria dos detentores de cargos públicos estão envolvidos em atos de corrupção, e o executivo tem feito muito pouco para reduzir as desigualdades sociais e para garantir o acesso a saúde e educação de boa qualidade aos cidadãos.

Em síntese, este *policy brief* apresenta o estado da democracia angolana a partir da perspetiva de um conjunto de 101 especialistas angolanos procurando assim contribuir para um debate crescente sobre este tema. No futuro esta discussão poderá ser enriquecida com a realização de estudos qualitativos e comparativos.

ANEXO METODOLÓGICO

O questionário do IQD esteve *online* entre 18 de novembro de 2019 e 10 de março de 2020. Primeiramente foram enviados convites personalizados por *email* a 298 especialistas das áreas da ciência política, sociologia, economia, direito, história e dos meios de comunicação social e também a altos técnicos da administração pública angolana. Após o lançamento do inquérito *online* seguiram-se dois lembretes por *email*, também eles personalizados (em novembro e dezembro de 2019) com o objetivo de aumentar a taxa de resposta. Mais tarde foi enviado um último lembrete em março de 2020, que acabou por não surtir efeito (gráfico 8). Todos os contactos de *email*, incluindo convite inicial para participar no projeto e os respetivos lembretes foram sempre

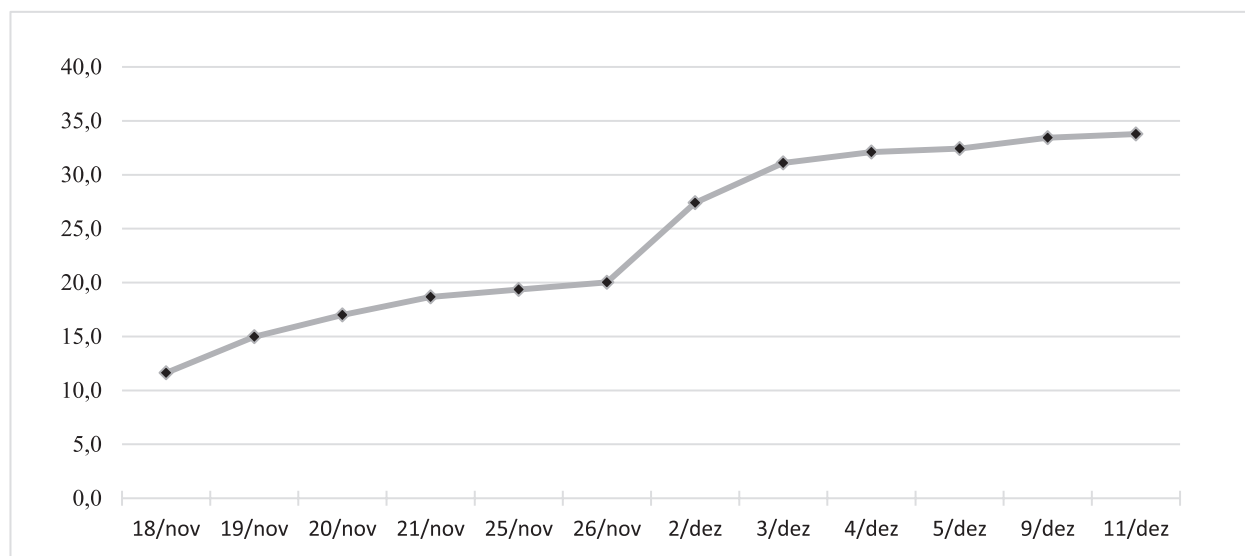
realizados pela manhã e maioritariamente ao início da semana para garantir uma maior probabilidade de resposta (Troutheud, 2004).

A amostra final é constituída por 101 especialistas⁷. De modo a construir esta amostra foram contactados por *email* 298 especialistas. O que significa que o IQD-Angola registou uma taxa de resposta de 33,9%, um valor idêntico ao registado em estudos similares (em Portugal, o mesmo inquérito alcançou uma taxa de 33,8%).

⁷ Este valor inclui os “*drop outs*”, ou seja, os inquiridos que em determinado momento no questionário desistiram de o completar na totalidade. Este número é bastante residual, diz apenas respeito a 3 inquiridos no total da amostra.

Gráfico 8 – Evolução da Taxa de Resposta (% cumulativa)

Fonte: IQD-Angola 2019



Não se pretendia desenhar uma amostra representativa da sociedade angolana ou constituída apenas por académicos. Não obstante, era desejável alcançar alguma diversidade entre os especialistas consultados no que diz respeito à área de especialização, ao género, à idade e ao local de residência. A lista de especialistas inicialmente elaborada levou em linha de conta estes critérios, no entanto a amostra final apresenta alguns desequilíbrios. A amostra é maioritariamente masculina (73%) e a média de idades ronda os 43 anos. Quanto ao local de residência, os especialistas estão sobretudo concentrados

em Luanda e Benguela: 53% afirmam residir em Luanda e 41% em Benguela. Em relação ao nível de instrução, constata-se que a esmagadora maioria dos especialistas possui, como expectável, algum grau de ensino universitário: Licenciatura (28%) ou Pós-graduação, mestrado ou doutoramento (71%). Particularmente no que diz respeito à área de especialização, destaca-se sobretudo a área do Direito (25%). Os restantes especialistas encontram-se distribuídos pelas diferentes áreas de especialização, desde a Economia, à História e à Psicologia, por exemplo.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, Cláudia. 2017. *La reactivación de la guerra civil tras elecciones: la acción de los beligerantes durante la implementación de los acuerdos de paz de Angola y de Mozambique*. Tese de Doutoramento, Universidade Complutense de Madrid, Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia.

Boio, David, e Carlos Pacatolo. 2020. “A Participação Política da Juventude Angolana e o Voto”, *Afrobarometer Working Paper* (no Prelo).

Lobo, Marina Costa, Edalina Rodrigues Sanches, Sofia Serra-Silva, e Ana Matias. 2018. *A Qualidade da Democracia em Portugal – Resultados das avaliações dos especialistas. Policy Brief 2018*. Lisboa: Observatório da Qualidade da Democracia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Messiant, Christine. 2004. As causas do fracasso de Bicesse e Lusaka. Uma análise crítica. *Conciliation Resources*, 15: 16-23.

Pearce, Justin, Didier Péclard e Ricardo Soares de Oliveira. 2018. “Angola’s Elections and the Politics of Presidential Succession,” *African Affairs*, 117 (466): 146-160.

Pacatolo, Carlos, e David Boio. 2020a. “A Qualidade da Democracia e da Governação em Angola” *Afrobarometer Round 8 – Angola 2020*. Lobito: Ovilongwa – Estudos de Opinião Pública (no Prelo).

Pacatolo, Carlos, e David Boio. 2020b. “O desempenho das instituições públicas em Angola: corrupção e confiança”, *Afrobarometer Briefing Paper* (no Prelo)

Pitcher, Anne, e Edalina Rodrigues Sanches. 2019. “The Paradox of Isabel dos Santos. State Capitalism, Dynastic Politics, and Gender Hostility in a Resource-Rich, Authoritarian Country”, *Cahiers d'études africaines*, 234 (2): 597-624.

Sanches, Edalina Rodrigues, Daniel Henrique Costa e Sofia Serra-Silva. 2018. *A Qualidade da Democracia em Cabo Verde – Resultados das avaliações dos especialistas. Policy Brief 2019*. Lisboa: Observatório da Qualidade da Democracia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Sanches, Edalina Rodrigues, Jayane Maia, Marina Costa Lobo, e Sofia Serra-Silva. 2018. *Uma proposta de índice da qualidade da Democracia. Policy Brief 2017*. Lisboa: Observatório da Qualidade da Democracia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Soares de Oliveira, Ricardo. 2015. *Magnífica e Miserável: Angola Desde a Guerra Civil*. Lisboa: Tinta da China.

Trouteaud, Alex R. 2004. “How You Ask Counts: A Test of Internet-Related Components of Response Rates to a Web-Based Survey”. *Social Science Computer Review*, 22(3), 385–392.

Observatório da Qualidade da Democracia

O Observatório da Qualidade da Democracia (OQD) é um programa de investigação permanente do Instituto de Ciências Sociais que promove e organiza projectos focados nas diversas características, no funcionamento e na qualidade dos regimes democráticos.

Criado em 2010 com o nome Barómetro da Qualidade da Democracia, o OQD pretende ser um repositório de informações relevantes acerca dos temas que envolvem a democracia em Portugal e nos demais países de língua oficial portuguesa. Nesse sentido, o OQD almeja ser um espaço de divulgação e produção de conhecimento de referência ao nível nacional e internacional.

Bibliografia em

www.oqd.ics.ulisboa.pt

ISBN: 978-972-671-618-1